

CELESC

INSEGURANÇA, MANDOS E DESMANDOS DAS EMPREITEIRAS NA CELESC



A realidade na Celesc: Empreiteira ignora normas, desrespeita celesquianos e arrisca vida de trabalhadores. mesmo assim, nada acontece e a terceirização só aumenta.

"O risco que os funcionários foram expostos foi absurdo e desnecessário. Penso que as empresas não tem o direito de fazer as coisas como querem, tanto pelo lado técnico e, também, principalmente pela segurança, onde esses dois itens passam pela Supervisão e responsabilidade da Celesc".

Os desmandos das empreiteiras na Celesc só crescem. Os celesquianos da Agência Regional de Jaraguá denunciaram mais um abuso e o flagrante desrespeito com as normas e com os trabalhadores da empresa. Retornando de uma fiscalização de obra, o Técnico de Segurança da Regional e um Fiscal de Construção notaram uma série de postes plantados de forma insegura. A percepção partiu do fiscal, já que o mesmo conhecia o projeto e ainda aguardava a empresa responsável resolver algumas pendências verificadas na inspeção inicial, para daí sim programar os bloqueios de Linha Viva e solicitação de desligamento, obrigatórios para trabalhos com rede energizada.

Os trabalhadores da Celesc prontamente identificaram que a empresa, desrespeitando as normas e expondo os trabalhadores a riscos efetuaram os serviços sem a liberação do projeto. Segundo denúncia encaminhada aos sindicatos, a empreiteira interviu na rede da Celesc sem comunicar a regional, sem autorização prévia, sem ordem de serviço (conforme determina a NR 10), sem o bloqueio de Linha Viva e o desligamento da rede de energia, além de não cobrir os postes para que, em caso de contato com a rede energizada, não ocorra choque elétrico nos trabalhadores que manuseiam os postes. De acordo com o técnico de segurança da regional, "o risco que os funcionários foram expostos foi absurdo e desnecessário. Penso que as empresas não têm o direito de fazer as coisas como querem, tanto pelo lado técnico e, também, principalmente pela segurança, onde esses dois itens passam pela Supervisão e responsabilidade da Celesc". Esta mesma empreiteira, recentemente processou o jornal Linha Viva por conta de denúncias de falta de segurança e coação a trabalhadores da Celesc, em outra regional.

O claro desrespeito das normas técnicas e de segurança por parte de empreiteiras é comum na Celesc e no setor elétrico. O alto índice de acidentes de trabalho com trabalhadores terceirizados deixa um rastro de mutilações e morte de eletricitários e foi alvo de Ação Civil Pública do Ministério Público contra a Celesc. O fato é que a fiscalização da empresa sobre as empreiteiras é pífia e, mesmo com um bonito slogan, a segurança ainda é um grande problema na empresa.

Não faltam bons trabalhadores na Celesc para fiscalizar e trabalhar. Falta sim comprometimento da diretoria e das chefias com a real coação dos empreiteiros que hoje parecem mandar e desmandar na Celesc.

ADMINISTRAR SEM CONFIAR: NOVA ELETROBRAS, NOVA ELETROSUL

PG 2

REUNIÃO DE PERICULOSIDADE E SOBREAVISO É NESTA QUINTA

PG 2

PLANALTO NORTE COBRA MELHOR ATENDIMENTO DA CELESC

PG 2 - 3



PLANALTO NORTE COBRA MELHOR ATENDIMENTO DA CELESC



Quando a qualidade no serviço prestado à população decai e a sociedade começa a revoltar-se, não é apenas a condição pública da Celesc que começa a ser ameaçada. No Planalto Norte, grande foco da falta de energia e do descontentamento com a Celesc, os trabalhadores têm vivido dias de sufoco. A população revoltada tende, em momentos de raiva, a descontar no trabalhador as mazelas provocadas por anos de gestão ineficiente. Relatos de trabalhadores do planalto norte são bastante enfáticos: o constrangimento vai desde ameaças veladas e piadinhas de mau gosto.

A política ideológica que guia os sindicatos é de que as empresas públicas devem servir à sociedade com excelência, uma vez que ela é a verdadeira dona deste patrimônio. No entanto, é dever dos sindicatos zelar não só pelos interesses e anseios dos trabalhadores, mas por sua segurança.

Para debater com a sociedade o papel dos celesquianos neste caos energético, o Diretor do Sindinorte, Dirceu Simas, foi convidado a participar da sessão da Câmara de Vereadores do município de Irineópolis. Dirceu reafirmou o compromisso dos trabalhadores com a sociedade e as adversidades que vêm encontrando para atender a população com a qualidade que já foi marca da Celesc. Além disso, falou sobre o processo de sucateamento da empresa, que por muitos anos ignorou os investimentos necessários como estratégia para justificar uma privatização da empresa. Dirceu comentou das obras necessárias para dar reforço energético à região e da necessidade das pessoas organizarem-se e dos vereadores cobrarem a Celesc para que as obras saiam do discurso e passem à realidade.

Os vereadores comentaram os problemas da falta de energia e os prejuízos para os fumicultores e, mesmo com o descontentamento geral, reconheceram o trabalho dos celesquianos na recuperação do sistema e no pronto atendimento à sociedade.

ELETOBRAS / ELETROSUL

ADMINISTRAR SEM CONFIAR: NOVA ELETOBRAS, NOVA ELETROSUL

A Eletrosul tem lançado mão, com frequência, da Norma de Gestão Empresarial nº 16 para mandar um recado aos seus empregados que pode transparecer que não confia nos trabalhadores para substituírem gerentes e chefes em caso de afastamento dos titulares (férias), e que portanto, tais funções devem ser acumuladas por outros gerentes. Tal mensagem tem sido passada pela administração da Eletrosul para os trabalhadores, sob a forma de deliberações oficiais a fim de legitimar, de forma muito concreta, a crença em que "empurrar" funções de forma cumulativa para um mesmo grupo de gerentes é uma decisão acertada.

O fato é que as substituições, da maneira como vem ocorrendo, têm servido cada vez mais para provar que não há interesse por parte da diretoria em que novas pessoas ocupem tais cargos, ainda que temporariamente. Quem está pagando a conta da sobrecarga de funções são os próprios gerentes que têm que assumir a acumulação. Contudo, é pouco provável que estes gerentes concordem com tal procedimento, pois estariam admitindo que eles são incapazes de preparar substitutos para exercer suas funções em suas próprias áreas, fato que caracterizaria um despreparo sem igual para gerenciar pessoas.

Decorre que é fundamental entendermos por qual motivo a empresa nega o acesso a tais cargos. A Eletrosul diz que economiza quando substitui gerentes por outros gerentes. Será que isso não é apenas discurso? Pior ainda é quando os trabalhadores passam a assumir tarefas dos chefes que se afastam por qualquer motivo, mas não são reconhecidos como titulares temporários das funções de administração. Isso é bem gerir a coisa pública?

Nova Eletrobras, Nova Eletrosul. Afinal de contas o que significa esse novo estilo de gestão para os trabalhadores?

CELESC

REUNIÃO DE SOBREAVISO E PERICULOSIDADE É NESTA QUINTA

Acontece nesta quinta-feira, dia 13, a reunião dos sindicatos que compõem a Intercel com a diretoria da Celesc para tratar das mudanças na periculosidade e no sobreaviso, proposta pela empresa no final de 2013 e que gerou revolta e a manifestação dos trabalhadores. Na oportunidade os sindicatos tratarão também do recente comunicado encaminhado pela Celesc por e-mail aos trabalhadores sobre o novo controle orçamentário de horas extras e sobreaviso, que gerou preocupação entre os celesquianos ao admitir o passivo trabalhista que irá gerar quanto ao não pagamento de horas extras e efetivamente realizadas.

Os sindicatos retomam ao debate levando a defesa dos trabalhadores e a defesa de que a periculosidade e as horas extras não deve sofrer com "atos gerenciais", sendo paga a quem de direito é. No caso do sobreaviso a grande controvérsia é a diminuição da cobertura, que além de expor a sociedade à riscos iminentes também deixa o trabalhador à mercê do "sobreaviso moral".

CELESC

BIG BROTHER JOINVILLE

Após o assalto ao caixa eletrônico da Agência Regional de Joinville, a administração passou a procurar por novas formas de dar segurança aos trabalhadores. O problema é que a criatividade foi tanta que criou um reality show dentro da Regional. Parece que nestes tempos de Big Brother, a administração regional decidiu instituir o Big Brother Despacho!

Uma das (poucas) soluções pensadas pela Celesc para o problema da insegurança aos trabalhadores foi o de instalar novas câmeras na regional. E aí começou a polêmica. Apesar de muito avançadas, câmeras de segurança não inibem atentados nem reforçam a segurança dos trabalhadores, principalmente os que trabalham em regime de turno de revezamento ou que estão de sobreaviso e entram e saem da empresa durante a noite e a madrugada.

Além disso, outro grande problema foi a ideia de instalar um monitor na sala dos despachantes. Será que agora, além de despachar os serviços e cuidar da rede os despachantes também farão a monitoração da

"Não somos vigilantes nem seguranças de plantão para cuidar das câmeras de vigilância da CELESC, além do mais num próximo assalto seremos os mais visados, pois quem planeja um assalto sabe exatamente onde deve ir"

segurança na Celesc? Os trabalhadores estão revoltados com a situação: "sabemos que esta sala de comando é uma área de Segurança Nacional que deveríamos ser protegidos por portas com travas e ser um lugar apenas para

adentrar pessoas que trabalham no local (eletricistas e chefias do setor). Não somos vigilantes nem seguranças de plantão para cuidar das câmeras de vigilância da CELESC, além do mais num próximo assalto seremos os mais visados, pois quem planeja um assalto sabe exatamente onde deve ir. Queremos segurança para não sermos nós as próximas vítimas", desabafaram.

O relato dos despachantes é reflexo da política do "mais com menos". Sem segurança, mas com uma nova função: despachar e vigiar!

A criatividade na busca por soluções, que invariavelmente passam pelo reforço da segurança e limites de acesso à regional, nos leva a imaginar as próximas tentativas: quem sabe não vem por aí um espantalho na entrada da regional?

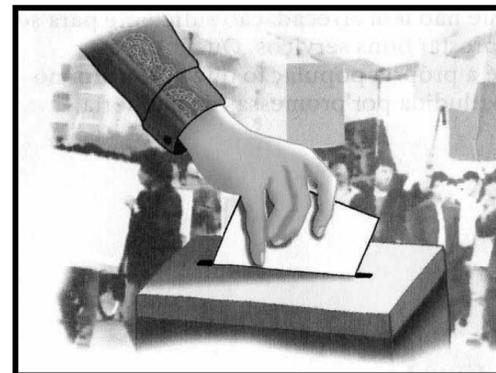
ELETROSUL

ELEIÇÃO PARA CA TEM CHAPAS HOMOLOGADAS

Duas chapas foram homologadas para a eleição para Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrobras. A chapa 1 é composta por Wanderlei Lenartowicz e Deunézio Cornelian Júnior e a chapa 2 tem como membros Marcos Aurélio Chalegre dos Santos e Rafael de Souza Mendes.

A eleição ocorrerá em turno único, nos dias 25 e 26 de fevereiro. O período de campanha vai até o dia 24, quando ocorrerá o debate entre as chapas.

A eleição para representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul é uma conquista histórica dos trabalhadores, que figurou nas pautas de reivindicações de vários Acordos Coletivos de Trabalho negociados pela Intersul. É de grande importância que os trabalhadores participem do pelito democrático e avaliem criticamente quem está mais preparado para representá-los no Conselho.



"CAOS" CENTER: MAIS IRRITAÇÃO

Os vereadores também fizeram declarações fortes sobre o péssimo atendimento do Call Center da Celesc. Segundo relatos, a longa espera pelo atendimento telefônico e as constantes falhas nas ligações aumentam a irritação dos produtores de fumo, que descontam nos eletricitistas. A situação é tão caótica que vereadores chegaram a sugerir que a Celesc disponibilizasse atendentes de call center na própria região, afirmando que a proposta foi do próprio presidente da Celesc em reunião anterior com os vereadores e prefeito da cidade.

Para os sindicatos que compõem a Intercel, o debate com a sociedade é fundamental para que a Celesc permaneça pública e para que os trabalhadores sejam respeitados e tenham condições de trabalho adequadas. Entretanto, é fundamental que o governo e a diretoria da empresa deixem os discursos vazios de lado e fortaleçam a empresa, investindo no sistema elétrico e reestabelecendo o atendimento de qualidade à população catarinense.

"No Planalto Norte, grande foco da falta de energia e do descontentamento com a Celesc, os trabalhadores têm vivido dias de sufoco. A população revoltada tende, em momentos de raiva, a descontar no trabalhador as mazelas provocadas por anos de gestão ineficiente. Relatos de trabalhadores do planalto norte são bastante enfáticos: o constrangimento vai desde ameaças veladas e piadinhas de mau gosto"

CELOS

PREVIC COMUNICA APROVAÇÃO PRÉVIA DAS ALTERAÇÕES DO PLANO MISTO

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) comunicou à CELOS que a versão 12 do Regulamento do Plano Misto foi considerada "apta para aprovação" na fase de análise prévia.

A CELOS já encaminhou a documentação necessária para análise final da PREVIC. As alterações propostas ao Regulamento serão válidas somente após a aprovação final ser publicada no Diário Oficial da União - DOU. Conheça as alterações:

1) **Retirada do Anexo I, o qual tratava dos fatores de Conversão da CIAP. Doravante, os referidos fatores serão inseridos em Nota Técnica Atuarial específica, a qual ficará disponível no sítio eletrônico da CELOS para consulta dos Participantes, tão logo seja publicada no DOU a aprovação desta alteração pela PREVIC. Tal alteração foi motivada pela mudança da taxa de juros praticada no Plano Misto, a qual impacta diretamente nos fatores de conversão.**

2) **Ajuste na metodologia de aplicação do reajuste para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, passando estes a serem atualizados pelo Indexador Atuarial do Plano, em todas as datas base de reajustes, não havendo mais distinção entre primeiro reajuste e os demais reajustes subsequentes. Cabe esclarecer que a alteração na metodologia não afeta o índice de reajuste a ser aplicado nos benefícios, uma vez que resulta no mesmo valor de benefício.**

3) **Desvinculação do reajuste do SRC ao índice de reajuste salarial concedido pelas Patrocinadoras, passando o SRC a ser reajustado pelo Indexador Atuarial do Plano (IPCA), que visa à reposição das perdas inflacionárias.**

4) **Inclusão de novo parágrafo no Regulamento do Plano Misto para determinar a data do início do benefício de Pensão por morte de participante assistido, conforme procedimento já praticado pela Entidade. Esta inclusão se faz para evitar dubiedade na interpretação do dispositivo regulamentar.**

5) **Exclusão do artigo 104, pois a menção à Tábua de Mortalidade adotada para o Plano Misto consta na Nota Técnica Atuarial e nas Demonstrações Atuariais (DA) anuais, além de possibilitar que, após os testes de aderência e adequação, sejam analisadas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo eventuais alterações das hipóteses atuariais do Plano sem a necessidade de alteração regulamentar.**

Além dessas alterações, a CELOS também promoveu ajustes para adequar o regulamento ao novo acordo ortográfico da Língua portuguesa e aos dispositivos legais pertinentes.

Cabe destacar que todas as alterações promovidas respeitam o direito acumulado dos participantes, conforme previsto no artigo 17 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O quadro comparativo contendo todas as alterações promovidas no regulamento está disponível na edição nº 186 do Jornal da CELOS, ou no Jornal On Line.

Os sem terra de ontem, de hoje e de amanhã

por Marina dos Santos*



Assim como muitas ocupações de terras, o Movimento Sem Terra nasceu ao final de uma longa noite escura. A alvorada das greves operárias, da campanha pela Anistia geral e irrestrita, os novos movimentos sociais urbanos e as Diretas-Já que encerravam a ditadura militar, permitiu também a retomada da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Eram posseiros, trabalhadores atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores. Trabalhadores rurais sem terra, sem o direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo, que anunciava a “modernização” – quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização –, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais. Destas contradições e dos 500 anos de uma sociedade baseada no latifúndio é que fundamos, em 1984, um movimento social autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país.

Agora, aos 30 anos, nos tornamos o mais longo movimento social camponês da história do Brasil. Isto por si só já seria um feito: resistir a décadas do poder econômico e político do latifúndio, que se estende da bancada ruralista na capital federal à pistolagem nos municípios, e sobreviver à cumplicidade escancarada dos meios de comunicação com a forma mais arcaica de poder em nosso país.

Mas há outros méritos que enaltecem nossa resistência: em três décadas, conquistamos a terra para mais de 350 mil famílias. Terra liberta do latifúndio e que estimulou o desenvolvimento local. Em cada latifúndio, onde viviam poucas pessoas, agora vivem 100, 200, 300, com a dignidade que antes lhes era negada. Com isso, novas formas de organização e de lutas são demandadas, como nas mais de 400 associações e cooperativas que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. Ou nas 96 agroindústrias que melhoram a renda e as condições do trabalho no campo, oferecendo alimentos de qualidade e baixo preço na cidade. Para se ter um exemplo, pouco mais de mil famílias assentadas na região de Porto Alegre (RS) são responsáveis pela alimentação de mais de 40 mil pessoas diariamente, por meio de programas de Alimentação Escolar e Aquisição de Alimentos.

Outras conquistas, entretanto, não podem ser medidas em números. Num país onde o campo sempre foi relegado ao atraso, à pobreza material, estética e intelectual, nos orgulhamos de termos formados mais do que “pequenos proprietários de terra”: nossa luta formou homens e mulheres, que reconquistaram a própria cidadania como sujeitos de sua história e não como subalternos. Este nosso compromisso com a formação humana se expressa nas mais de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos que garantem o acesso à educação a mais de 160 mil crianças e adolescentes sem terras, além dos 50 mil adultos e jovens alfabetizados nos últimos anos. Sem falar nos mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades por todo o Brasil. Está expresso em nosso orgulho em dizer que nenhuma criança passa fome nos assentamentos de reforma agrária.

Se já fizemos muito, outros desafios que sequer sonhávamos se colocam à nossa frente. A agricultura sofreu mudanças drásticas com as políticas neoliberais nos anos 90. Os mecanismos do Estado para agricultura foram sendo desmantelados um a um: o controle dos preços, o abastecimento, a pesquisa, a assistência técnica. Se antes eles eram acessíveis a poucos, hoje sequer existem. O neoliberalismo na agricultura foi abrindo caminho para que poucas empresas estrangeiras passassem a controlar nossa agricultura, desde as sementes à comercialização. Incorporaram terras, agroindústrias, supermercados. Definem preços de alimentos nas bolsas de valores e reverterem nosso país novamente numa grande colônia.

No lugar de alimentos, ocupam as terras com cana para se tornar combustível nos Estados Unidos, a soja em ração de animais na Europa e a celulose em papel para o mundo inteiro. As monoculturas tomam e redividem nosso território, inflam o preço da terra, reduzem a produção de alimentos e geram uma grande crise mundial de alimentação.

Agora, aos 30 anos, nos tornamos o mais longo movimento social camponês da história do Brasil. Isto por si só já seria um feito: resistir a décadas do poder econômico e político do latifúndio, que se estende da bancada ruralista na capital federal à pistolagem nos municípios, e sobreviver à cumplicidade escancarada dos meios de comunicação com a forma mais arcaica de poder em nosso país.

Dessa maneira, para que uma verdadeira reforma agrária seja realizada em nosso país é preciso enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional. Porém, se o latifúndio mudou sua natureza, associando-se ao capital financeiro internacional, muda também a natureza da luta pela terra e pela reforma agrária. Precisamos defender um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial.

A luta pela reforma agrária implica em enfrentarmos o capital e seu modelo de agricultura, disputar terras e território, bem como o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas. Portanto, a reforma agrária popular que defendemos baseia-se na defesa da soberania, no respeito e no combate à mercantilização dos bens da natureza e na produção de alimentos saudáveis à população. Por isso, deve ser fruto de uma aliança entre camponeses, trabalhadores urbanos e rurais, que precisam acumular força para produzir as mudanças necessárias no campo e no conjunto da sociedade brasileira.

Tudo isto só é possível com uma das características que o Movimento guarda desde seus princípios: a luta! E é desta forma que, em torno do nosso 6º Congresso, o MST reafirma sua linha política para o próximo período: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular”!

Completar 30 anos e se tornar o mais antigo movimento camponês do país, organizado em 24 estados, traz consigo alguns significados: reafirmar os valores de solidariedade; o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária; manter aceso o legado de milhares de lutadores e lutadoras do povo; exercer cotidianamente a capacidade de se indignar e agir para transformar; não perder o valor do estudo e aprender sempre. E, fundamentalmente, reafirmar nosso compromisso em organizar os pobres do campo.

*Marina dos Santos é integrante da coordenação Nacional do MST

